

Questão Discursiva 02963

Durante uma reunião em que se discutia a aplicação à empresa Alfa Ltda. de penalidade de impedimento de licitar ■ que fora sugerida em parecer elaborado por Marcelo, advogado da União ■, o proprietário da empresa, João, com a intenção de atingir a honra do referido servidor público, acusou-o falsamente de estar utilizando seu cargo para beneficiar sua concorrente, a empresa Beta S.A., já que, com a aplicação da penalidade sugerida, a empresa Beta seria a única no mercado nacional apta a fornecer o objeto do contrato.

Redija um texto dissertativo a respeito da conduta de João, proprietário da empresa Alfa Ltda. Em seu texto, aborde:

1) o crime cometido por João;

2) o objeto jurídico tutelado pelo Código Penal com a tipificação do crime cometido e os requisitos para a configuração desse delito;

3) a legitimação para a propositura da ação penal, considerando a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Resposta #004107

Por: **MARCOS ANTÔNIO BELÉM PONTES** 9 de Maio de 2018 às 21:59

1. o crime cometido por João;

Estou que João cometeu o delito de Difamação, previsto no Art. 139, do CP, eis que imputou fato ofensivo à honra objetiva de Marcelo.

1. o objeto jurídico tutelado pelo Código Penal com a tipificação do crime cometido e os requisitos para a configuração desse delito;

Neste caso, os objetos jurídicos tutelados são a honra e a imagem da pessoa difamada. Os requisitos são: imputação infamante (fato ofensivo à honra de Marcelo) e a divulgação (conhecimento por terceiro da imputação infamante).

1. a legitimação para a propositura da ação penal, considerando a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com os entendimentos do STF e do STJ, bem como a doutrina majoritária, o servidor público ofendido tem legitimação concorrente para a propositura da ação penal, no caso, privada. **Legitimidade Concorrente (Súmula 71, do STF). Ação Penal por Crime Contra a Honra de Servidor Público. Exercício de Suas Funções.** É concorrente a **legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido**, para a ação penal **por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.**